

APRESENTAÇÃO

Bienalmente, a Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul realiza as *Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*, evento que integra pesquisadores, entre profissionais e estudantes, dedicados ao estudo do tema da religião nesta parte da América Latina. Embora haja esse enfoque regional, as *Jornadas* sempre receberam pesquisadores de outras partes do mundo, para conferências e interlocução acadêmica, tornando-se um ponto de referência para colaborações entre analistas de diversos matizes teóricos e países de origem. O presente número de *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião* publica artigos selecionados entre os grupos de trabalho das *XVII Jornadas sobre Alternativas Religiosas en América Latina*, realizada em Punta Del Este, Uruguai, entre os dias 1 e 4 de novembro de 2011. Os textos foram selecionados pelos coordenadores dos grupos de trabalho, e depois submetidos ao processo de avaliação por pares comum a todos os textos submetidos à revista. Através desses textos, que apresentam resultados de pesquisas desenvolvidas no Brasil, Argentina, Chile e México, percebe-se a maturidade intelectual de um campo de estudos consolidado e dinâmico, com bases firmes em discussões já clássicas porém aberto a novos olhares sobre o fenômeno da religião.

Congressos internacionais como as *Jornadas* reverberam, na composição dos grupos de apresentação, temas de pesquisa que ocupam as reflexões naquele dado momento. O artigo de Alejandro Martín López e Agustina Altman aprofunda um assunto caro à antropologia dos povos originários, ao mesmo passo em que dialoga com uma chave de interpretação em voga. A análise da relação entre globalização e atividade missionária pentecostal, feita através do exame de uma agência missionária que trabalha entre povos indígenas do Chaco argentino passa, neste artigo, pelo debate da relação entre religião e cultura dentro do enquadramento pentecostal de reflexão sobre o tema. Através do exame de materiais escritos de agências das chamadas “missões transculturais”, trabalho de campo e entrevistas com missionários, revela-se como a atuação desses líderes pentecostais relaciona-se com sua posição diante do campo evangélico nacional e local, com os recursos disponíveis para as tarefas de evangelização e com as demandas religiosas dos povos aos quais atendem.

As religiões, diante dos processos contemporâneos de globalização, adaptam-se não apenas para serem compreendidas e adotadas em diferentes culturas, mas para lidarem com os reenquadramentos estatais no concernente à sua legitimidade como “cultura”. Tais reenquadramentos estatais guardam uma historicidade, recuperada no artigo de Mariana Ramos de Moraes no caso das relações das religiões afro-brasileiras com o Estado brasileiro. A autora proporciona uma compreensão, em diversos momentos históricos, da relação por muitas vezes conflituosa entre o discurso hegemônico sobre nação e cultura no âmbito do Estado e essa importante expressão religiosa brasileira, indo desde a criminalização de suas práticas até seu reconhecimento enquanto expressão cultural a ser patrimonializada.

Os discursos hegemônicos que compõem a visão de certas ramas do aparelho estatal acerca da relação da política com as religiões transformaram-se a ponto de, na América Latina, estarmos vendo situações em que a dominância cristã sobre o Estado, especialmente a católica, passa a ser reposicionada. Casos como os do reconhecimento oficial da união civil entre indivíduos do mesmo sexo, por exemplo, ocasionaram celeumas públicas entre representantes de hierarquias religiosas e das elites políticas nos últimos anos. Cecilia Ardisia Delgado Molina relata o campo de tensões originado pela efetivação, em 2010, do casamento entre parceiros do mesmo sexo na Cidade do México. A autora detém sua atenção em polêmicos artigos do então arcebispo de Guadalajara ao longo de 2010, abordando através de ferramentas de análise do discurso o campo semântico acionado pela autoridade eclesial.

Cada vez mais, temas que dizem respeito à regulação pública da intimidade (uma tensão bem explorada por Delgado Molina em sua análise) passaram a fazer parte das pautas de campanhas eleitorais. Igrejas ou modalidades religiosas com membros nutridas por conversão religiosa, como as pentecostais, passaram a ter um peso nos pleitos, em todos os níveis. Temas como legalização do aborto, união civil entre homossexuais e liberdade religiosa são comuns não só entre candidatos pentecostais, mas também entre candidatos católicos oriundos da Renovação Carismática Católica. Em artigo publicado neste número, Carlos Eduardo Pinto Procópio discute duas alternativas de interpretação (não excludentes entre si, para o autor) para a introdução de carismáticos católicos na política. O

autor privilegia uma interpretação de cunho processualista, observando dois candidatos conhecidos na política nacional brasileira, com suas plataformas e seus apoios, e chamando a atenção para os aspectos de hibridização entre o político e o religioso nesses casos.

No quinto artigo deste número, Anita María Gallardo Pinto e Rubén Figueroa avaliam, a partir de dados de entrevistas, o engajamento social de jovens pertencentes a grupos evangélicos pentecostais interdenominacionais no Chile. Depois de uma breve apresentação da história do campo protestante no país, os autores delimitam o campo de atuação desses grupos religiosos, voltados ao público discente universitário. Gallardo Pinto e Figueroa discorrem sobre a pertença denominacional original desses jovens pertencentes a grupos interdenominacionais, tema que levanta uma tensão constituinte da sua identidade religiosa, além de tocarem em questões como cidadania e responsabilidade social.

Maria Goretti Lanna, no artigo que fecha este número, analisa um estudo de caso acerca da constituição histórica de um santuário mariano no interior de Minas Gerais, Brasil. Baseada em farta documentação histórica, descortina-se uma narrativa comum a outras situações de aparições de Nossa Senhora. Primeiramente, uma irrupção religiosa dinamizada pelas primeiras aparições que reestabelece os laços sociais e firma uma comunidade de sentido composta por “escolhidos”. Segue-se, a partir disso, tensões entre diferentes formas de catolicismo, e entre a comunidade nova de sentido com a sociedade política englobante. No caso desta última fonte potencial de conflito, dado que a aparição sucedeu-se em seus momentos iniciais no período do regime militar brasileiro, houve repressão de agentes do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) junto à nova comunidade, o que realça o *drama social* que transformou o contexto histórico em parte importante do mito de origem do santuário.

Daniel Alves
Editor-gerente

